

“Pirâmide” promete comida a pobre durante seis anos

Lina de Albuquerque



Na favela Boi Malhado, os moradores esperaram um pouco mas ganharam uma cesta de alimentos

repórter”, foi o recado que mandou, através de seu motorista, Adão. Marília Alves mora num acanhado barraco da favela Sucupira, mas há um ano tem um motorista só para ajudá-la na compra dos alimentos e distribuição e organização do sacolão. Depois de muita relutância, com a condição de não revelar o nome do benfeitor de toda aquela gente, acabou contando a história que, segundo ela, transformou-a, há um ano, “numa serva de um santo”.

Graça — Marília Alves, uma carioca de 36 anos, casada com um carreteiro e mãe de 21 filhos, todos gêmeos ou trigêmeos, trabalha há muitos anos na coordenação do Movimento de Favelas da Zona Norte de São Paulo. Há um ano, ela esteve em Brasília e diz que foi procurada por um senhor adventista, de 35 anos, cujo nome não revelou: um industrial milionário que contraíra lepra há 16 anos, mas obtivera uma graça e, já curado, propusera-se a ajudar 17 mil pobres. “Esse santo me incumbiu de levar o sacolão para as favelas de São Paulo”, contou ela. A taxa de CZ\$ 230 representa, segundo ela, “uma espécie de dízimo”, porque “os crentes acham que não se deve dar nada de graça”. O dinheiro das inscrições, conforme contou, é enviado a Brasília e convertido em obras de caridade.

O benfeitor, segundo ela, envia-lhe um salário mensal de CZ\$ 35 mil para o pagamento do seu serviço e ainda depositou na sua conta bancária CZ\$ 8 bilhões 800 milhões para a compra de mantimentos e pagamento de encargos do sacolão.

SÃO PAULO— Uma febre está tomando conta das favelas da Zona Norte de São Paulo, nos últimos meses. Não chega a ser uma *pirâmide dos pobres*, nos moldes daquela que virou moda na classe média paulista e carioca recentemente, mas o *sacolão* ou *cesta carente* também promete um milagre: multiplicar uma única contribuição de CZ\$ 230 de cada família favelada em mantimentos para seis anos.

Pessoas com defeitos físicos ou com mais de 70 anos não pagam a taxa, mas recebem, da mesma forma, uma generosa cesta, com arroz, feijão, leite, óleo, batata, macarrão, goiabada e outros gêneros alimentícios. No ato de inscrição, todos procuram um coordenador de sua favela, levam um documento para provar a identidade, pagam CZ\$ 230 e, se quiserem, mais CZ\$ 25 para receber uma carteirinha plastificada com o nome da família beneficiada. Os responsáveis dizem que mais de 3.500 pessoas já receberam a cesta e quase 10 mil estão inscritas nas diversas favelas da Zona Norte e algumas da região do ABC paulista para ganhar o *sacolão*. Dizem também que a *cesta carente* é enviada às favelas um mês sim, outro não.

Desconfiança — O que a maioria dos contribuintes não sabe é como CZ\$ 230 podem se transformar em mantimentos para tanto tempo. Alguns, como a paraguaia Graziela Mendes, que mora na favela Jardim Elisa Maria, arrependem-se e pedem o dinheiro de volta. “Um milionário de Brasília se curou de lepra e agora quer agradecer a graça ajudando 17 mil pobres”, ouviu Graziela de sua vizinha.

No final da tarde de sexta-feira, porém, ela soube, por boatos, que a história “era uma grande cascata”. Não vacilou, então, em ir à casa de Maria José Pereira, a coordenadora da *cesta carente* na sua favela, desfazer o investimento. A costureira Maria José, que já tinha cadastrado 313 famílias, informou-lhe que todo o dinheiro era entregue a Miriam de Moura, da favela Jardim Guarani. Ao chegar àquele local, Graziela recebeu o seu dinheiro de volta, mas entendeu também que a história estava muito longe de terminar.

Desde o dia 13 de dezembro, Miriam de Moura tinha cadastrado em seu barraco mais de 400 famílias e todo o dinheiro era enviado a Tereza Chaves, da favela do Boi Malhado. Esta, por sua vez, entregava o dinheiro a Marília Alves, da favela Sucupira, todas da Zona Norte de São Paulo. E foi num barraco da favela do Boi Malhado que Graziela se arrependeu de sua desconfiança, lá estava armazenada, diante de seus olhos, uma quantidade enorme de mantimentos para ser distribuída ontem a 500 pessoas inscritas naquela comunidade.

Mas, como acredita que é preciso ver para crer, ela voltou ontem à tarde à favela do Boi Malhado e não só presenciou a entrega do *sacolão*, como também assistiu a um culto adventista, na entrada do barraco da comunidade Amigos da Favela Boi Malhado, onde estavam os viveres. E viu também dois carros, com seis policiais do 18º Batalhão da PM, da Freguesia do O’, dando proteção.

Na ocasião, Marília Alves, administradora dessa corrente, que atualmente tem adeptos em mais de 20 favelas de São Paulo, ficou preocupada, quando soube que o JORNAL DO BRASIL queria entrevistá-la. “Não devo satisfação a

São Paulo — Fotos de Rogério Montenegro

Magistrado diz que ataque a “marajás” prejudicou servidor

MACEIÓ — O presidente do Tribunal de Contas de Alagoas, José de Melo Gomes, denunciou ontem que a investida do governador Fernando Collor contra os *marajás* atingiu apenas 300 servidores que realmente ganhavam acima de 50 salários mínimos, e prejudicou 15 mil que só recebiam entre três e cinco salários. Além disso, 170 processos de aposentadoria de servidores, entregues à análise do tribunal, estavam paralisados por causa da questão do quinquênio, espécie de prêmio a quem se aposenta por tempo de serviço.

José de Melo mandou reabrir esses processos de aposentadoria e hoje encaminhará à Secretaria de Administração duas listas de contracheques referentes ao salário do mês de janeiro, que será pago até o dia 10 de fevereiro. Numa lista ele relacionou os servidores que não foram atingidos pela ação contra os *marajás*. Na outra, constam 29 de conselheiros, inclusive ele, auditores, consultores e procuradores prejudicados com o corte nos seus vencimentos.

— O governador Fernando Collor, que é meu amigo e com o qual mantenho uma relação cordial, pode desafiar o Supremo Tribunal Federal. Eu, não.

Leis — O presidente do Tribunal de Contas disse que houve um exagero no problema dos *marajás*. Sobre a decisão do STF, disse: “As leis reconhecidas como legais pelo Supremo são de inspiração federal, estendidas a todos os estados brasileiros e não apenas a Alagoas.” José de Melo, que acompanhou todo o processo de apreciação e votação, no STF, do recurso movido pelo governador alagoano, disse que o Supremo atendeu a Collor em 18 das 20 leis cuja constitucionalidade ele arguiu.

— Das 20 leis argüidas pelo governador como inconstitucionais, o Supremo só não reconheceu a ilegalidade de duas. Uma é o decreto-lei, federal, datado ainda do final do governo Médici, número 2.019, que garante o chamado efeito *cascata* ou *repicão*, para a Magistratura. A outra, sobre os quinquênios, que é um prêmio, proporcional ao tempo de serviço, para o servidor que se aposenta com 25 ou 30 anos, se mulher, e 30 ou 35 anos, se homem — explicou.

Restituição — Melo disse que será o primeiro a assinar o recurso que os servidores estaduais prejudicados deverão mover na Justiça, caso o governo do estado não pague a diferença e restitua os salários considerados legais pelo STF.

— Mas isso só no dia 11 de fevereiro, porque o prazo para pagamento vai até o dia 10 do mês seguinte. Isto é, para pagar janeiro, o governo tem um prazo até o dia 10 de fevereiro — explicou.

Mensalmente, depois dessas medidas contra os *marajás*, o estado deixou de liberar CZ\$ 987 mil para o Tribunal de Contas. José de Melo disse que a folha do tribunal é de CZ\$ 30 milhões, mas só 29 servidores foram atingidos pela ação de Collor e, agora, como ganharam a causa no Supremo, querem ver seus vencimentos restituídos.

— Existem apenas 300 pessoas no estado que poderiam ser consideradas como salários altos. Mas, para você ter uma idéia, o vencimento de um conselheiro do Tribunal de Contas ou de um desembargador estaria hoje em torno de CZ\$ 280 mil a CZ\$ 300 mil, o que, a meu ver, é inferior ao salário pago, por exemplo, por fundações e até pela universidade federal, no mesmo nível. Com a ação do governo, esses vencimentos ficaram em CZ\$ 180 mil.



Miriam cadastrou 400 famílias para o sacolão na favela Guarani